



REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

ISSN 2176-9036

Vol. 18, n. 2, Jul./Dez., 2026

Sítios: <https://periodicos.ufrn.br/index.php/ambiente>

<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/Ambiente>

Artigo recebido em: 12.11.2025. Revisado por pares em: 05.03.2026. Reformulado em: 17.04.2026. Avaliado pelo sistema double blind review.

DOI: 10.21680/2176-9036.2026v18n2ID42058

Governança corporativa em foco: como as características do comitê de auditoria moldam o relatório do auditor

Corporate governance in focus: how the characteristics of the audit committee shape the auditor's report

Gobierno corporativo en el punto de mira: cómo las características del comité de auditoría influyen en el informe del auditor

Autores

Pedro Antonio Melo Moreira

Graduação em Ciências Contábeis, FEAAC-UFC, Endereço: Rua Senador Pompeu 2610 e 859 85279307. Identificadores (ID):

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-9281-6995>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7976242126234324>

E-mail: pedromoreira@alu.ufc.br

Naiara Leite dos Santos Sant'Ana

Doutora em Administração, FEAAC-UFC, Endereço: Av. Expedicionários, 3406/ Apto 301 - Bl.02 – Benfica e (31)98241-0506. Identificadores (ID):

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6529-3284>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4606819804784902>

E-mail: naiarasantana@ufc.br

Maria Layane Silva Gomes

Mestra em Administração e Controladoria, FEAAC-UFC. Endereço: Avenida da Universidade, 2431, Benfica e (85) 3366 7816. Identificadores (ID):

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7690-9873>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4121104352526123>

E-mail: layane.silva97@gmail.com

Roberto Sergio do Nascimento

Doutor em Contabilidade, FEAAC-UFC, Endereço: Av. Eng. José Guimarães Duque, 1130, Cidade Funcionários, CEP 60822-220 e (85)999845695. Identificadores (ID):

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8217-9267>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1325557671064860>

E-mail: robertosdn75@gmail.com; robertosn@tcu.gov.br

Pedro Antonio Melo Moreira, Naiara Leite dos Santos Sant'Ana, Maria Layane Silva Gomes, Roberto Sergio do Nascimento e Adriana Vasconcelos Carneiro dos Santos

Adriana Vasconcelos Carneiro dos Santos

Mestranda em Administração e Controladoria, FEAAC UFC, Endereço: Rua Ciro Monteiro 265 cep 6082285 e 85999185269. Identificadores (ID):

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-1996-0147>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1334745133467351>

E-mail: adrianaavcs01@gmail.com

Resumo

Objetivo: A pesquisa tem como objetivo analisar quais são as principais características qualitativas do relatório do auditor independente e do comitê de auditoria das empresas listadas na B3.

Metodologia: A pesquisa é descritiva e os dados apresentam informações de 189 diferentes empresas conforme classificação da bolsa de valores, 10 setores e 19 subsetores.

Resultados: Para os comitês de auditoria, foi observado um aumento consistente na publicação dos Relatórios do Comitê de Auditoria, refletindo maior transparência e compromisso com as boas práticas de governança corporativa. Adicionalmente, a frequência de reuniões variou conforme o setor e o contexto econômico, com incremento em anos de instabilidade, evidenciando maior atuação dos comitês em períodos críticos.

Contribuições do Estudo: Oferecer uma abordagem empírica nacional pouco explorada, quanto por propor um olhar integrado entre auditoria e governança. Recomenda-se que estudos futuros avancem na mensuração da efetividade desses comitês com base em indicadores objetivos de desempenho e impactos financeiros das empresas.

Palavras-chave: Auditoria Independente; Comitê de Auditoria; Qualidade da Auditoria; Governança Corporativa

Abstract

Purpose: The research aims to analyze the main qualitative characteristics of the independent auditor's report and the audit committee's report of companies listed on the B3 (Brazilian Stock Exchange).

Methodology: The research is descriptive, and the data presents information from 189 different companies according to the stock exchange classification, 10 sectors, and 19 subsectors.

Results: For the audit committees, a consistent increase in the publication of Audit Committee Reports was observed, reflecting greater transparency and commitment to good corporate governance practices. Additionally, the frequency of meetings varied according to the sector and the economic context, with an increase in years of instability, evidencing greater activity of the committees during critical periods.

Contributions of the Study: To offer a little-explored national empirical approach, as well as to propose an integrated view between audit and governance. It is recommended that future studies advance in measuring the effectiveness of these committees based on objective performance indicators and financial impacts on companies.

Pedro Antonio Melo Moreira, Naiara Leite dos Santos Sant'Ana, Maria Layane Silva Gomes, Roberto Sergio do Nascimento e Adriana Vasconcelos Carneiro dos Santos

Keywords: Independent Audit; Audit Committee; Audit Quality; Corporate Governance

Resumen

Objetivo: La investigación tiene como objetivo analizar las principales características cualitativas del informe del auditor independiente y del informe del comité de auditoría de las empresas listadas en la B3 (Bolsa de Valores de Brasil).

Metodología: La investigación es descriptiva y los datos presentan información de 189 empresas diferentes, clasificadas según la bolsa de valores, 10 sectores y 19 subsectores.

Resultados: En el caso de los comités de auditoría, se observó un aumento constante en la publicación de sus informes, lo que refleja una mayor transparencia y un compromiso con las buenas prácticas de gobierno corporativo. Además, la frecuencia de las reuniones varió según el sector y el contexto económico, con un incremento en años de inestabilidad, lo que evidencia una mayor actividad de los comités durante períodos críticos.

Contribuciones del Estudio: Ofrecer un enfoque empírico nacional poco explorado, así como proponer una visión integrada entre auditoría y gobierno corporativo. Se recomienda que los estudios futuros profundicen en la medición de la eficacia de estos comités basándose en indicadores objetivos de desempeño y en el impacto financiero en las empresas.

Palabras clave: Auditoría independiente; Comité de auditoría; Calidad de la auditoría; Gobierno corporativo

1 Introdução

A expansão do mercado de capitais brasileiro nos últimos anos tem atraído dezenas de empresas e novos investidores, brasileiros e estrangeiros, em busca de recursos necessários para a execução das suas estratégias conforme *Agenda para o Desenvolvimento do Mercado de Capitais* (ANBIMA, 2025). Essa base de investidores se apresenta mais sofisticada e atenta, o que requer um adequado funcionamento dos mercados de capitais (ANBIMA & B3, 2025). A confiabilidade desempenha papel essencial no funcionamento efetivo dos mercados de capitais, sendo as boas práticas de governança corporativa uma ferramenta importante diante desse cenário (Leal & Salto, 2003; BM&FBOVESPA, 2019)

Para Zraiq e Fadzil (2018), um dos mecanismos da governança corporativa é o comitê de auditoria, cujo objetivo é amparar o conselho de administração na demonstração de transparência e integridade nos relatórios financeiros. O comitê de auditoria, juntamente com o conselho de administração, possui como uma de suas atribuições o monitoramento dos controles internos das empresas para que operem com efetividade e não tenham deficiências (Zraiq & Fadzil, 2018).

A maioria das empresas envolvidas em fraudes ou escândalos financeiros não apresentam membros independentes ou com *expertise* financeira em seu quadro estatutário do comitê de auditoria (Farber, 2004). O referido comitê tem em sua gama de responsabilidades a divulgação de informações contábeis, a supervisão de integridade do ambiente de riscos e controles internos, além de atuar ativamente na relação com a auditoria independente (Peleias Segreti & Costa 2009). Estudos mais recentes (Al-Matari et al., 2021; García-Sánchez &

Nogueira, 2022) reforçam que comitês com maior independência e expertise financeira tendem a elevar a qualidade da auditoria.

Dito isto, o auditor independente tem sido apontado como um dos principais mecanismos externos de governança (Aguilera, Desender, Bednar & Lee, 2015; Bueno, Nascimento, Lana, Gama & Marcon, 2018), uma vez que ele tem o papel de emitir uma opinião imparcial sobre os números publicados nas demonstrações financeiras.

Diante do exposto, chegou-se a seguinte pergunta de pesquisa: **Quais são as principais características qualitativas do relatório do auditor independente e do comitê de auditoria das empresas listadas na B3?**

Assim, o presente estudo tem como objetivo geral analisar quais são as principais características qualitativas do relatório do auditor independente e do comitê de auditoria das empresas listadas na B3. Tendo como objetivo específico: i) compreender como esses comitês são estruturados; ii) quais práticas adotam; iii) qual o seu papel efetivo no ambiente de governança corporativa; iv) expor as características do relatório do comitê e do auditor de forma segregada por setor econômico vide classificação da B3; e v) verificar possíveis variações qualitativas no Relatório do Auditor Independente (RAI), documento que consolida a opinião do auditor sobre a fidedignidade das demonstrações financeiras, conforme exigido pela NBC TA 700 (Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON, 2023)

Apesar de a literatura sobre governança corporativa reconhecer os papéis fundamentais do auditor independente e do comitê de auditoria na qualidade das demonstrações financeiras e dos relatórios de auditoria (Beasley, Carcello, Hermanson & Lapedes, 2000; Aguilera et al., 2015; IBRACON, 2023), existe uma lacuna no entendimento integrado e empírico das interações entre as características destes comitês e as variações qualitativas contidas nos Relatórios do Auditor Independente (RAI). Estudos anteriores tendem a analisar isoladamente o impacto da governança corporativa ou da auditoria, sem explorar de forma conjunta como as particularidades estruturais e operacionais do comitê, como independência, expertise e frequência de reuniões, afetam diretamente a credibilidade, transparência e rigor dos pareceres emitidos (Cunha, Pletsch e Silva (2015; García-Sánchez e Nogueira (2022); Machado, Souza e Pereira (2022).

Oferecer uma abordagem empírica nacional pouco explorada, quanto por propor um olhar integrado entre auditoria e governança. Recomenda-se que estudos futuros avancem na mensuração da efetividade desses comitês com base em indicadores objetivos de desempenho e impactos financeiros das empresas.

2 Revisão da Literatura

O comitê de auditoria tem como objetivo auxiliar na estrutura de governança corporativa, atuando como elo entre o conselho administrativo, a auditoria independente e a gestão executiva (IBGC, 2023). Segundo Cunha (2008), há uma grande demanda por profissionais com expertise em contabilidade, riscos financeiros e *compliance* regulatório para compor esses comitês. Além disso, o comitê de auditoria supervisiona processos críticos, como: preparação e divulgação de relatórios financeiros (incluindo a adoção de padrões contábeis como CPC/IFRS); avaliação da auditoria externa (seleção do auditor, análise de honorários e revisão do plano de trabalho); e, monitoramento de controles internos (como políticas antifraude e gestão de riscos operacionais) (IBGC, 2023).

Essas atribuições são exercidas por meio de reuniões periódicas com auditores independentes, gestores e a alta administração, assegurando a integridade das demonstrações

financeiras (IBGC, 2023). Conforme o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, 2023), o comitê representa uma das melhores práticas de governança corporativa, atuando como apoio ao conselho administrativo.

O comitê de auditoria tem um importante papel de suporte junto ao conselho de administração, fortalecendo a atuação deste em sua missão de proteger as organizações no melhor interesse de seus negócios (IBGC, 2017). Desta forma, O comitê de auditoria tem a responsabilidade de monitorar a eficácia dos controles internos, assim como das políticas e procedimentos voltados para a prevenção de fraudes, conflitos de interesse e outros desvios de conduta que possam afetar a organização (IBGC, 2017).

Os conselhos de administração lidam com uma vasta agenda, e algumas delas requerem estudo mais aprofundado para que os conselheiros tomem decisões mais embasadas. É o caso dos assuntos relacionados à conformidade (tanto em relação às normas e à legislação, quanto em relação a políticas internas), riscos, auditoria e demonstrações financeiras, que são objeto de trabalho dos comitês de auditoria.

O Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) “é um órgão de governança corporativa responsável por supervisionar os processos de auditoria interna e externa de uma empresa” (IBGC, 2023, p. 45). O CAE atua como um mediador entre a administração da empresa, os auditores e os acionistas, assegurando que as práticas contábeis sejam transparentes e que os riscos financeiros sejam adequadamente administrados (IBGC, 2017).

O CAE deve elaborar o relatório contendo atividades, resultados, conclusões e recomendações, bem como quaisquer divergências relevantes entre a administração e os auditores independentes. Os comitês de auditoria não estatutários devem informar as suas atividades trimestralmente ao conselho de administração.

O IBGC (2023) adota a orientação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para definir governança corporativa, a qual se estabelece como um conjunto de práticas que têm por finalidade otimizar o desempenho de uma companhia ao proteger todas as partes interessadas (investidores, empregados e credores), promovendo o acesso ao capital.

O comitê de auditoria, por sua vez, atua como órgão de apoio ao conselho, com funções específicas, como a supervisão de relatórios financeiros e a gestão de riscos, conforme as diretrizes do IBGC (2022) e do Novo Mercado (B3, 2024).

A auditoria independente exerce um papel central na governança corporativa ao analisar a conformidade das demonstrações financeiras com normas locais e internacionais (como IFRS). Suas conclusões são de interesse dos proprietários, do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria, órgão responsável por fiscalizar o trabalho dos auditores independentes, além de analistas e investidores (Caixeta & Martins, 2016).

De acordo com a CVM (2024), para que a auditoria independente seja efetiva, ela precisa seguir as regras da Instrução Normativa CVM nº 480/2009. Essa norma define os critérios para o registro dos auditores, sua independência e os procedimentos que devem ser adotados.

A auditoria independente, também chamada de externa, é muito importante para garantir que as informações financeiras apresentadas pelas empresas sejam confiáveis. Isso ajuda a fortalecer a confiança no mercado de capitais, beneficiando todos os envolvidos (CVM, 2024). Além disso, a responsabilidade do auditor independente não é apenas profissional, mas também social, pois sua atuação tem um impacto relevante tanto nas organizações quanto na sociedade como um todo.

Dentre suas responsabilidades, encontram-se: resguardar o patrimônio dos investidores preferenciais em valores mobiliários; do patrimônio de entidades públicas e de economia mista;

na preservação das oportunidades de empregos aos trabalhadores e da continuidade das empresas (Magalhães, Lunkes & Muller, 2001). Araújo (2020) fala sobre os benefícios de fazer uma auditoria em uma organização, e um deles é a possibilidade de detectar fraudes, beneficiando empresa quanto a partir da evolução dos controles das operações contábeis e financeiras. A principal vantagem da auditoria é que ela oferece aos acionistas uma opinião clara e imparcial sobre a situação econômica e financeira da empresa, através de um parecer que aumenta a credibilidade dos números apresentados e valoriza a companhia auditada.

Além disso, conforme Andrade e Ohayon (2022), a avaliação deve objetivar julgamentos de conformidade aos requisitos legais e regulatórios aplicáveis e evitar problemas econômicos para o mercado.

2.1 Estudos Anteriores

Kent et al. (2010) e Vlaminck e Sarens (2012), evidenciaram que o aumento no número de membros independentes no comitê reduz o gerenciamento de resultados, refletindo em melhor qualidade das demonstrações contábeis, destacando que a presença e atuação efetiva do comitê são fatores que contribuem positivamente para a qualidade dos trabalhos de auditoria. Eles indicaram que um comitê bem estruturado, com membros qualificados e atuantes, supervisiona melhor os auditores independentes, promovendo maior rigor na revisão das demonstrações financeiras e na identificação de riscos e irregularidades.

Por sua vez, Boo e Sharma (2008), em estudo nos Estados Unidos, encontraram resultados contrários, observando que comitês com maior proporção de membros independentes poderiam estar associados a auditores de qualidade inferior. Contudo, Rainsbury, Bradbury e Cahan (2008), analisando dados da Nova Zelândia, não identificaram correlação significativa entre independência dos membros do comitê e sua expertise financeira, o que aponta para diferenças contextuais e a necessidade de estudos locais que considerem as particularidades regulatórias e culturais.

Nesse sentido, pesquisas como as de Abbott et al. (2003), Hoitash, Hoitash e Bédard (2009) nos EUA e Zaman, Hudaib e Haniffa (2011) no Reino Unido aprofundaram a discussão sobre a influência da independência e frequência de reuniões do comitê na qualidade da auditoria, sugerindo que comitês que reúnem-se regularmente e são compostos por membros efetivamente independentes contribuem para auditorias de maior qualidade. Archambeault e Dezoort (2001) também reforçaram que a realização efetiva de reuniões é um indicador de maior eficiência do comitê em suas funções.

No contexto específico da auditoria e governança corporativa americanas, Robinson e Owens-Jackson (2009) demonstraram que a independência, expertise financeira e conhecimento específico da empresa pelos membros do comitê estão associados a menores índices de troca de auditor após a emissão de pareceres modificados, embora frequência das reuniões e experiência em governança não tenham apresentado efeito significativo sobre mudanças de auditor.

No Brasil, Oliveira, da Cunha e Santos (2014) analisaram a relação entre as características dos comitês de auditoria e o atraso na emissão dos relatórios de auditoria em 95 empresas da BM&FBovespa, verificando que tais características estão inversamente relacionadas ao atraso, o que implica um papel dos comitês na agilidade e qualidade da auditoria. Entretanto, características da empresa e da firma auditora revelaram relação fraca com o atraso. Complementando essa linha, Dagostini e Cunha (2014) investigaram a associação entre as características do comitê e os tipos de parecer emitidos em 132 empresas na

BM&FBovespa, constatando que nem todas as características dos comitês possuem impacto significativo nos relatórios modificados emitidos, o que sugere complexidade na relação entre governança e qualidade da auditoria.

Cunha, Pletsch e Silva (2015) examinaram características do comitê de auditoria, da empresa e do auditor com o prazo de publicação das demonstrações financeiras, identificando que aspectos como endividamento, setor econômico, honorários por serviços não relacionados à auditoria e auditorias conduzidas por firmas Big Four influenciam significativamente a divulgação tardia das informações financeiras, o que traz implicações para a governança e transparência.

García-Sánchez e Nogueira (2022) conduziram uma meta-análise de estudos internacionais e confirmaram que comitês de auditoria bem estruturados — em termos de independência, tamanho adequado e expertise financeira — elevam a qualidade das demonstrações contábeis e reduzem riscos de gerenciamento de resultados.

Machado, Souza e Pereira (2022) analisaram empresas de *commodities* e evidenciaram que, aumentou a atuação dos comitês de auditoria na adoção de práticas que reforçam transparência, apuração de denúncias e formalização de procedimentos, refletindo em melhorias perceptíveis nos relatórios dos auditores externos.

Esses resultados são consistentes com a tendência de outros estudos recentes, que conectam a evolução regulatória e aprimoramentos de governança às respostas mais ágeis a riscos, mas destacam, a partir de 2020, um enfoque maior em qualidade informacional, transparência e prestação de contas aumentada nos relatórios dos auditores independentes.

3 Procedimentos Metodológicos

Quanto aos objetivos, a pesquisa é descritiva, quanto aos procedimentos, o estudo classifica-se como documental. Enquadra-se como uma pesquisa bibliográfica, pois utiliza obras de outros autores que já trataram sobre o tema que será estudado. Quanto à natureza, trata-se de uma pesquisa qualitativa.

A pesquisa tem como população todas as empresas listadas no segmento de governança do Novo Mercado, totalizando 189 empresas brasileiras. A classificação foi realizada conforme lista da B3, durante o período de 2018 a 2024. A consulta da presença do Comitê de Auditoria foi realizada por meio do Formulário de Referência disponibilizado no site eletrônico da CVM.

Para a amostra, selecionou-se as empresas que possuíam Comitê de Auditoria, com a publicação do relatório de auditoria no ano de referência através das Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) publicadas na CVM.

A fim de alcançar os objetivos propostos para esse estudo, foi utilizado como parâmetro o método proposto por Almeida e Dalmácio (2020), que buscou analisar dados secundários de empresas da B3, com foco em características do comitê de auditoria (como independência, expertise financeira e frequência de reuniões) e seu impacto no relatório do auditor.

Para a coleta destes dados foram pesquisadas as palavras-chave: auditores independentes; comitê de auditorias; qualidade do relatório. Em seguida foi feita a leitura das informações correspondentes às palavras-chave de modo a identificar se as informações encontradas correspondiam à relação entre atuação do comitê e qualidade do parecer do auditor.

A lista de empresas foi coletada em 20/05/2024 a partir do website da CVM, foram coletadas: informações de auditoria independente dos Relatórios de Auditoria Independente, e dados de governança corporativa dos Formulários de Referência. Para as empresas que possuíam Comitê de Auditoria formalizado, foi complementado com: características do Comitê

Pedro Antonio Melo Moreira, Naiara Leite dos Santos Sant'Ana, Maria Layane Silva Gomes, Roberto Sergio do Nascimento e Adriana Vasconcelos Carneiro dos Santos

extraídas de seus Relatórios Anuais, e informações adicionais das Demonstrações Financeiras publicadas. Todos os documentos consultados são publicações anuais obrigatórias. Empresas com dados incompletos ou não publicadas foram excluídas da análise.

Tabela 1

Variáveis de análise da pesquisa - Comitê de Auditoria

Variáveis	Descrição	Operacionalização
C1	Total de membros	Verificar quantidade de membros inscritos no comitê estatutário de auditoria.
C2	Quantidade de reuniões	Verificar quantidade de reuniões realizadas no ano corrente.
C3	Expertise dos membros	Todos os membros apresentam expertise em auditoria, finanças ou contabilidade?
C4	Independência dos Membros	Quantos são membros independentes?
C5	SNA são aprovados pelo Comitê?	Os serviços de não auditoria são aprovados pelo comitê de auditoria?
C6	Acompanha emissão das DFs?	O processo de elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras é supervisionado pelo comitê de auditoria?
C7	Controles Internos respondem ao Comitê?	É responsável pela eficiência e eficácia dos controles internos?
C8	Apuração de denúncias?	Adota procedimentos para receber e tratar queixas (denúncias internas)?

Fonte: dados da pesquisa.

A escolha do período foi motivada pela busca de dados mais recentes e o ano de 2018 foi delimitado uma vez que se tratou de uma alteração relevante do Regulamento do Novo Mercado que exigiu maior independência dos membros do comitê requerendo a divulgação do RCA.

Para os dados relativos às *proxies* da qualidade da auditoria – Relatório do Auditor Independente (RAI), foi utilizado como suporte teórico de Braunbeck (2010), com o Índice de Qualidade das Auditorias (IQUA).

Tabela 2

Variáveis de Análise – Relatório de Auditoria Independente

Variáveis	Descrição	Operacionalização
Q1	Republicação das DFs?	Houve republicação das DFs?
Q2	Auditor foi alvo de processo?	O auditor foi alvo de processo administrativo sancionador
Q3	No último ano de um auditor emitindo uma empresa, o RAI apresentou elementos negativos (ressalva, negativa, abstenção, ênfase ou limitação)?	O parecer de auditoria do último ano do período em que um mesmo auditor foi responsável por emitir opinião conteve algum tipo de modificação relevante (ressalva, negativa, abstenção, ênfase ou limitação de escopo), em comparação com opinião emitida por esse mesmo auditor no ano sob a análise (<i>i.e</i> o auditor emitiu parecer mais rigoroso no último ano antes de ser substituído?)
Q4	Nos primeiros anos de auditoria, o RAI apresentou mais elementos positivos que o seu último auditor?	O parecer de 1 ou 2 anos de emissão consecutiva de opinião pela empresa de auditoria sucessora teve uma abordagem menos "rigorosa" que o último parecer emitido pelo auditor sucedido?

Pedro Antonio Melo Moreira, Naiara Leite dos Santos Sant'Ana, Maria Layane Silva Gomes, Roberto Sergio do Nascimento e Adriana Vasconcelos Carneiro dos Santos

Q5	CASO Q3 Não - Após troca de auditor, houve efeitos negativos?	Caso Q3 Não - o primeiro parecer de auditoria emitido pelo auditor sucessor conteve algum tipo de modificação relevante (ressalva, negativa, abstenção, ênfase ou limitação de escopo), em comparação com opinião a emitida pelo auditor sucedido (<i>i.e.</i> , o auditor substituto emitiu parecer mais rigoroso no primeiro ano após a substituição?).
Q6	Emissão após quantos dias?	O parecer foi emitido mais de 60 dias após a data-base?
Q7	Em caso de insolvência, houve ressalva referente ao tópico?	Caso a empresa tenha apresentado situação de insolvência, caracterizada por concordata, recuperação judicial ou falência, o auditor não emitiu parecer com ressalva no tocante à continuidade e/ou à situação financeira no exercício anterior a divulgação?
Q8	Em caso de insolvência, houve paragrafo de ênfase referente ao tópico?	Caso a empresa tenha apresentado situação de insolvência, caracterizada por concordata, recuperação judicial ou falência, o auditor não emitiu parecer com paragrafo de ênfase no tocante à continuidade e/ou à situação financeira no exercício anterior a divulgação?

Fonte: Adaptado de Braunbeck (2010).

O IQUA, conforme formulado na Tabela acima, é composto por questões binárias que buscam obter, por meio de informações de fontes públicas, ocorrências que sugerem qualidade inferior da auditoria realizada. Nesse cenário, as questões que se apresentam no IQUA assumem valor 1 quando demonstram problemas de qualidade da auditoria e 0 quando da inexistência de evidências de problemas de qualidade. Para apresentação dos saldos finais, foi realizada uma média aritmética entre o total de companhias listadas no setor e o somatório de 1 e 0, a não ser em variáveis não binárias como C1, C2, C4 e Q6. Adicionalmente, o IQUA foi utilizado apenas para mapeamento de variáveis qualitativas do RAI, não tendo qualquer aplicação econométrica neste estudo.

Conforme Braunbeck (2010) destaca em sua pesquisa, a construção do IQUA proporciona uma forma particular de avaliação da qualidade das auditorias no Brasil, pois são construídos a partir de informações públicas; seus elementos apresentam características que podem ser aplicados para todas as empresas em todos os anos; o banco de dados tem caráter amplo que permite cobrir empresas com ações listadas na B3 por um período de 11 anos; além disso, o banco de dados pode ser atualizado, podendo-se comparar e acompanhar a evolução da qualidade das auditorias no Brasil.

A análise dos dados obtidos nas DFP e no Relatório do Comitê de Auditoria (RCA), disponíveis no site da B3, foi realizada por meio da análise de conteúdo, seguindo a abordagem metodológica proposta por Bardin (2004).

4 Resultados e Análises

Esta seção destina-se a descrever e responder a questão da pesquisa formulada de acordo com o embasamento teórico e o objetivo traçado. Os relatórios analisados permitiram fazer uma identificação das informações e, inicialmente, foi realizada a tabulação dos dados com as variáveis do estudo para as empresas participantes dos 10 setores econômicos (petróleo, gás e biocombustíveis, materiais básicos, bens industriais, consumo não cíclico, consumo cíclico, saúde, tecnologia da informação, comunicações, utilidade pública e financeiro) que têm comitê e para identificar o perfil e comportamento das variáveis.

Abaixo estão listadas o quantitativo das empresas que cumpriram todos os critérios descritos nesta seção da metodologia e compuseram a apresentação final dos resultados.

Pedro Antonio Melo Moreira, Naiara Leite dos Santos Sant'Ana, Maria Layane Silva Gomes, Roberto Sergio do Nascimento e Adriana Vasconcelos Carneiro dos Santos

Tabela 3

Empresas usadas no estudo

	Empresas sem DFP	Empresas com DFP e Sem RCA	Empresas Coletadas	Total
2018	53	113	23	189
2019	25	134	30	189
2020	9	130	50	189
2021	5	109	75	189
2022	4	61	124	189
2023	3	57	129	189
2024	8	44	137	189
Total	107	648	568	1323

Fonte: dados da pesquisa.

4.1 Características evidenciadas nas empresas listadas na bolsa de valores (B3), do novo mercado

As tabelas abaixo apresentam como descritos anteriormente, as evidências dos dados coletados sobre as características das empresas enquadradas nos setores econômicos a fim de verificar os impactos qualitativos nos relatórios do auditor independente.

4.1.1 Empresas do setor econômico: petróleo, gás e biocombustíveis

Na tabela 4 descreve-se o quantitativo de empresas com demonstração financeira publicada e com RCA.

Tabela 4

Empresas do setor "petróleo, gás e biocombustíveis" no Novo Mercado que apresentaram DF e RCA de 2018-2024.

Ano	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Empresas com demonstração financeira publicada	6	8	9	9	9	9	8	
Quantidade empresas com RCA	2	2	2	4	6	7	7	9

Fonte: dados da pesquisa.

Segundo o Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (2019) o setor econômico de petróleo, gás e biocombustíveis é um dos mais relevantes da indústria mundial, estando no terceiro lugar no *ranking* das principais atividades econômicas do país com papel fundamental na arrecadação de impostos municipais, estaduais e federais.

Tendo nesse segmento ao longo dos anos evidenciados que em 2018, apenas 2 das 7 empresas que apresentaram DFP, tiveram publicação referente ao RCA. Este saldo saltou para

Pedro Antonio Melo Moreira, Naiara Leite dos Santos Sant'Ana, Maria Layane Silva Gomes, Roberto Sergio do Nascimento e Adriana Vasconcelos Carneiro dos Santos

8 no ano de 2023, sendo a evolução mais representativa de 2021 para 2022, o que pode refletir uma mudança na regulamentação (Resolução CVM nº 160/2022).

Tabela 5

Características evidenciadas nas empresas de petróleo, gás e biocombustíveis de 2018 – 2024.

Petróleo, Gás e Biocombustíveis	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
C1	3,00	4,00	3,50	3,25	3,17	3,00	3,29
C2	20,50	11,00	10,50	11,75	8,67	9,29	11,43
C3	1,00	1,00	1,00	1,00	0,83	0,86	0,86
C4	1,00	1,50	1,50	1,75	1,33	1,71	2,43
C6	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50	0,43	0,43
C7	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
C8	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
C9	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Q1	0,50	0,50	-	0,25	0,33	0,14	-
Q2	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Q3	-	-	-	0,25	0,17	0,29	0,14
Q4	-	-	-	-	0,17	0,29	0,14
Q5	-	-	-	-	-	0,14	-
Q6	51,00	57,50	54,50	67,50	63,17	79,14	65,14
Q7	-	-	-	-	-	-	-
Q8	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: dados da pesquisa..

Um fator relevante que pode ser destacado é na pergunta Q6, na qual se verifica que houve um aumento relevante da média de dias corridos para publicação das DF. No estudo de Oliveira *et al.* (2014), os resultados indicaram que há relação inversa entre as características do comitê de auditoria com o atraso na auditoria. Também ressaltaram que as características da empresa auditada e da relação auditor-auditado não possuem uma relação forte com o atraso na auditoria, embora tal relação tenha se mostrado positiva.

Observa-se que, a partir de 2021, com o aumento do número de empresas que publicaram Relatórios de Controle Administrativo (RCA) e passaram a integrar a população auditável, houve um crescimento na divulgação de fatores negativos nos relatórios do auditor. Conforme Dang (2004), a qualidade da auditoria está negativamente relacionada ao gerenciamento de resultados. Isso ocorre porque o auditor atua na redução da assimetria informacional entre as partes interessadas, mitigando incertezas sobre o desempenho da

Pedro Antonio Melo Moreira, Naiara Leite dos Santos Sant'Ana, Maria Layane Silva Gomes, Roberto Sergio do Nascimento e Adriana Vasconcelos Carneiro dos Santos

entidade. Assim, uma auditoria de alta qualidade tende a estar associada a menores níveis de manipulação contábil e maior transparência.

Adicionalmente, a partir da variável C4 "Independências dos Membros" dividido sobre a variável C1 "Total de Membros é possível verificarmos o percentual de membros independentes do Comitê, onde podemos verificar que houve um aumento na quantidade média de membros independentes no setor de referência.

4.1.2 Empresas do setor econômico: Materiais Básicos

O setor de materiais básicos aumentou uma empresa de 2019 para 2018, totalizando 8 empresas com demonstração financeiro publicada e o aumento ao longo do período pesquisado de 1, 2, 4, 6, 7, 5 e 7 de empresa com RCA.

Tabela 6

Empresas do setor "materiais Básicos" no Novo Mercado que apresentaram DF e RCA de 2018-2024.

Ano	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Empresas com demonstração financeira publicada	7	7	8	8	8	8	8	
Quantidade empresas com RCA	1	2	4	6	7	5	7	8

Fonte: Dados da Pesquisa

É possível constatar que a partir do momento em que mais empresas passaram a publicar o RCA e fazer parte da população coletável deste estudo, pôde-se observar a ocorrência de republicações das Demonstrações Financeiras, por motivos diversos, entre inserções de parecer do comitê de auditoria, inclusão das projeções empresariais e reapresentação por correção de erros de ortografia.

Tabela 7

Características evidenciadas nas empresas de materiais básicos de 2018 – 2024

Materiais Básicos	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
C1	3,00	3,50	3,25	3,50	3,57	3,00	3,14
C2	11,00	10,00	14,00	11,00	11,00	11,00	10,43
C3	-	0,50	0,50	0,67	0,57	0,40	0,71
C4	2,00	2,00	2,75	2,67	2,29	1,80	2,14
C6	-	-	0,25	0,17	0,14	0,20	0,14
C7	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,86
C8	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

Pedro Antonio Melo Moreira, Naiara Leite dos Santos Sant'Ana, Maria Layane Silva Gomes, Roberto Sergio do Nascimento e Adriana Vasconcelos Carneiro dos Santos

C9	1,00	1,00	0,75	0,83	0,86	0,80	0,86
Q1	-	-	-	0,33	0,29	-	0,43
Q2	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Q3	-	-	-	-	0,14	0,20	-
Q4	-	-	0,25	0,17	0,29	0,40	-
Q5	-	-	-	-	0,14	0,20	-
Q6	43,00	42,00	47,75	57,00	68,57	62,60	65,71
Q7	-	-	-	-	0,14	-	-
Q8	-	-	-	-	0,14	0,20	0,29

Fonte: Dados da Pesquisa

No setor de materiais básicos, observa-se que a média de membros dos CAs não ultrapassou 4 integrantes (2018-2024), padrão que se alinha com os achados de Silva e Salles (2020) sobre setores com operações padronizadas. O expressivo número de reuniões em 2020 (variável C2) reflete a necessidade de supervisão intensiva durante crises, conforme documentado por Machado et al. (2022) para empresas de *commodities*. Esses resultados reforçam que a governança no setor prioriza eficiência decisória, mesmo em contextos voláteis.

Outra variável que apresentou comportamento inconstante no decorrer dos anos foi quanto à independência dos membros, tendo alcançado um valor médio de 2,75 em 2020 e, a partir de então, tendo sofrido reduções ano a ano, alcançando 1,80 em 2023. No contexto do trabalho do auditor independente, uma menor independência do comitê pode refletir em uma maior necessidade de atenção na avaliação dos controles internos e na validação das informações financeiras, pois a imparcialidade do órgão de supervisão pode estar comprometida. Resumindo, essa mudança indica uma possível vulnerabilidade na governança corporativa, o que deve ser considerado na análise da confiabilidade das informações financeiras e na avaliação do ambiente de controle da empresa.

4.1.3 Empresas do setor econômico: Bens Industriais

Observa-se que referente à apresentação de RCA, que saiu de 3 companhias, em 2018, para 13 em 2023, um número que mais do que quadruplicou. É um sinal positivo de que as empresas estão adotando práticas mais robustas de divulgação e responsabilidade. O que pode demonstrar uma preocupação das empresas para assegurar que as práticas contábeis sejam transparentes e que os riscos financeiros sejam adequadamente administrados (IBGC, 2017).

Tabela 8

Empresas do setor "bens Industriais" no Novo Mercado que apresentaram DF e RCA de 2018-2024.

Ano	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Empresas com demonstração	22	25	26	26	26	26	25	

Pedro Antonio Melo Moreira, Naiara Leite dos Santos Sant'Ana, Maria Layane Silva Gomes, Roberto Sergio do Nascimento e Adriana Vasconcelos Carneiro dos Santos

financeira publicada								
Quantidade empresas com RCA	3	4	8	9	13	15	17	26

Fonte: Dados da Pesquisa.

Essas mudanças indicam uma possível transformação na estrutura de governança corporativa: maior autonomia dos membros dos comitês, mas uma diminuição na formalização de mecanismos internos de controle (como os comitês específicos para acompanhamento das DFs e apuração de denúncias).

Tabela 9

Características evidenciadas nas empresas: bens industriais de 2018 – 2024

Bens Industriais	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
C1	3,33	4,00	3,75	3,67	3,46	3,20	3,18
C2	9,00	8,00	6,38	9,44	8,15	8,60	9,24
C3	0,67	0,50	0,88	0,89	0,92	0,80	0,71
C4	1,67	1,50	1,38	1,33	1,62	2,33	2,41
C6	0,67	0,50	0,25	0,22	0,15	0,13	0,18
C7	1,00	1,00	0,75	0,67	0,77	0,67	0,71
C8	1,00	1,00	0,88	1,00	0,85	0,87	0,94
C9	1,00	1,00	0,63	0,67	0,62	0,73	0,76
Q1	0,33	0,25	0,38	0,33	0,23	-	0,12
Q2	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Q3	-	0,25	0,25	0,11	0,15	0,13	0,12
Q4	-	-	0,13	0,11	0,15	0,07	0,06
Q5	-	-	-	-	-	-	0,06
Q6	61,67	64,75	83,50	69,00	88,23	69,40	65,47
Q7	-	-	-	-	-	-	-
Q8	-	-	-	-	-	-	0,29

Fonte: Dados da Pesquisa.

No que tange o setor de bens industriais, podemos observar que a variável membros se mantém estável, mesmo com o aumento de companhias que apresentaram RCA e, conseqüentemente, passaram a compor o saldo apresentado. Essa situação aponta para uma continuidade na governança e na fiscalização do setor, reforçando a importância de manter boas

Pedro Antonio Melo Moreira, Naiara Leite dos Santos Sant'Ana, Maria Layane Silva Gomes, Roberto Sergio do Nascimento e Adriana Vasconcelos Carneiro dos Santos

práticas e de acompanhar as mudanças do mercado para garantir a transparência e a confiabilidade das informações financeiras (IBGC, 2017).

A quantidade de reuniões que o comitê executa no decorrer do ano fiscal, iniciando sua média em 9, decaindo para 6,13 em 2020 e finalizando 2023 com uma média de 8,92, número semelhante ao do ano inicial. Para Archambeault e Dezoort, (2001) o comitê de auditoria que realiza reuniões é mais eficiente no desenvolvimento de suas atividades do que o comitê de auditoria que não realiza reuniões.

A variável referente à apuração de denúncias evidencia uma redução da quantidade de comitês que realizam apuração de denúncias quando observada a quantidade de empresas analisadas. Em 2018, com uma população de 3 empresas, 100% destas tinham comitês responsáveis por seus canais de denúncias, enquanto em 2023, com 13 empresas, apenas 50% destas tinham comitês de auditoria responsáveis pela apuração das denúncias coletadas.

Isso reforça ainda mais a relevância do trabalho do auditor independente, cuja função é assegurar a confiabilidade das informações financeiras e avaliar os controles internos, incluindo canais de denúncia. Cabe ao CAE, dentre suas competências supervisionar a adequação da área de controle interno e monitorar a qualidade e a integridade dos mecanismos de controle internos.

4.1.4 Empresas do setor econômico: Consumo não cíclico

O setor de consumo não cíclico (ou defensivo) inclui empresas que produzem bens essenciais, cuja demanda não varia significativamente com crises econômicas ou ciclos de mercado. São produtos de: Alimentos e bebidas (laticínios, carnes, café, açúcar); Higiene e limpeza (sabões, produtos de beleza); Tabaco. Setor representa 12% da capitalização da B3 (B3, 2023).

Tabela 10

Empresas do setor “Consumo não cíclico” no Novo Mercado que apresentaram DF e RCA de 2018-2024.

Ano	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Empresas com demonstração financeira publicada	13	14	17	18	18	18	16	
Quantidade empresas com RCA	4	4	7	8	13	14	13	19

Fonte: Dados da Pesquisa.

É possível observar que houve um aumento relevante de Companhias que apresentaram RCA de 2021 para 2022 e esta alteração foi mantida para anos seguintes, demonstrando uma evolução no comprometimento com governança das Companhias do setor de Consumo não cíclico.

Tabela 11

Características evidenciadas nas empresas de consumo não cíclico de 2018 -2024

Consumo não cíclico	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
---------------------	------	------	------	------	------	------	------

Revista Ambiente Contábil - UFRN – Natal-RN. v. 18, n. 2, p. 198 – 229, Jul./Dez., 2026, ISSN 2176-9036.

Pedro Antonio Melo Moreira, Naiara Leite dos Santos Sant'Ana, Maria Layane Silva Gomes, Roberto Sergio do Nascimento e Adriana Vasconcelos Carneiro dos Santos

C1	3,75	3,50	4,00	3,75	3,54	3,21	3,15
C2	11,75	12,50	11,38	9,38	8,38	8,86	8,77
C3	0,50	0,50	0,63	0,75	0,85	0,57	0,54
C4	1,50	1,50	1,63	1,75	1,77	2,50	2,00
C6	-	-	0,13	0,13	0,15	0,14	0,15
C7	1,00	1,00	1,00	1,00	0,92	0,79	0,92
C8	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
C9	0,50	0,50	0,50	0,63	0,54	0,43	0,46
Q1	0,75	0,75	0,25	0,13	0,15	0,14	0,15
Q2	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Q3	0,25	0,25	0,13	-	-	-	0,08
Q4	-	-	-	0,13	-	-	-
Q5	-	-	-	-	-	-	-
Q6	76,00	130,50	71,00	68,13	88,92	92,21	79,77
Q7	-	-	-	-	-	-	0,08
Q8	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Dados da Pesquisa.

No setor de consumo não cíclico, que abrange subsectores como agropecuária, alimentos processados, comércio e distribuição e produtos de cuidado pessoal e de limpeza, pode-se observar que houve uma redução na quantidade média de membros no decorrer dos anos, acompanhada de um aumento na independência dos membros observada pela variável "C4". Essa combinação pode refletir uma evolução na governança corporativa, com maior autonomia nas decisões e uma estrutura mais eficiente. Conforme a CVM (2024) para o bom desempenho da auditoria independente devem ser levadas em consideração as exigências que constam em instrução normativa para atuação do auditor independente. A redução dos membros não foi tão expressiva e a independência dos membros aumentou o que pode sugerir equilíbrio na atuação do AI.

Observou-se uma redução do percentual de reapresentações ocorridas no decorrer dos anos, que iniciou em 2018 com 100% das companhias tendo reapresentações de Demonstrações Financeiras (DFs). Entretanto, este número em 2021 chega à zero, e finaliza em 2023 com apenas 8% do saldo total de 12 empresas da população tendo reapresentações. Isso sugere que, ao longo do tempo, as companhias estão apresentando relatórios mais confiáveis e alinhados às normas, reduzindo a necessidade de reapresentações para corrigir ou ajustar informações anteriores, conforme orienta a CVM.

Pedro Antonio Melo Moreira, Naiara Leite dos Santos Sant'Ana, Maria Layane Silva Gomes, Roberto Sergio do Nascimento e Adriana Vasconcelos Carneiro dos Santos

4.1.5 Empresas do setor econômico: consumo cíclico

O setor de consumo cíclico engloba empresas cuja demanda está diretamente ligada ao ciclo econômico (crescimento ou recessão). Inclui: varejo (e-commerce, lojas de departamento, vestuário); automóveis e peças; construção civil e materiais; hotéis e turismo; eletrodomésticos e móveis. Quanto às características do setor, na B3, apresentam sensibilidade econômica e seu crescimento performa bem em períodos de baixo desemprego e crédito fácil (ABRASE, 2023; CVM, 2023).

Tabela 12

Empresas do setor "Consumo não cíclico" no Novo Mercado que apresentaram DF e RCA de 2018-2024.

Ano	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Empresas com demonstração financeira publicada	45	54	55	55	56	56	56	
Quantidade empresas com RCA	3	6	12	17	38	41	44	59

Fonte: Dados da Pesquisa.

O setor de consumo cíclico apresenta 59 empresas cadastradas no Novo Mercado, em 2018 apenas 4 companhias publicaram o RCA, enquanto em 2024 o total de 44 companhias publicaram tal relatório, sendo 2022 o ano com a maior variação absoluta na publicação destas informações. Essa mudança na quantidade de empresas que divulgam o RCA pode impactar drasticamente as variáveis referentes ao comitê e ao relatório do auditor independente.

Tabela 13

Características evidenciadas nas empresas de consumo cíclico de 2018 – 2023

Consumo Cíclico	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
C1	3,00	3,17	3,08	3,12	3,08	3,07	3,07
C2	8,33	7,33	7,42	9,18	6,68	7,24	7,95
C3	0,67	0,67	0,83	0,88	0,82	0,68	0,70
C4	1,00	1,17	1,17	1,41	1,55	2,32	2,36
C6	-	-	0,17	0,12	0,05	0,02	0,02
C7	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,80	0,84
C8	1,00	1,00	0,92	0,88	0,84	0,83	0,84
C9	1,00	1,00	0,67	0,59	0,53	0,54	0,57
Q1	0,33	0,33	0,08	0,18	0,50	0,15	0,09

Pedro Antonio Melo Moreira, Naiara Leite dos Santos Sant'Ana, Maria Layane Silva Gomes, Roberto Sergio do Nascimento e Adriana Vasconcelos Carneiro dos Santos

Q2	1,00	1,00	1,00	1,00	0,95	0,95	0,95
Q3	-	0,17	0,17	0,35	0,47	0,39	0,45
Q4	0,33	0,17	0,17	0,18	0,16	0,05	0,05
Q5	-	-	0,08	0,24	0,26	0,12	0,07
Q6	64,00	72,67	73,50	105,59	129,76	81,00	78,86
Q7	-	-	-	-	-	-	-
Q8	-	-	-	-	-	-	0,02

Fonte: *Dados da Pesquisa.*

Na área de consumo cíclico, uma das principais variáveis observáveis é referente à quantidade de reuniões realizadas no período, tendo iniciado com uma média de 9,5 reuniões por ano e finalizando com uma média de 7,41 em 2023. Portanto, essa variação na população de empresas deve ser considerada ao interpretar a redução na média de reuniões, pois ela reflete uma ampliação na transparência e na divulgação de informações de governança, além de possíveis mudanças nas práticas internas dessas companhias. Aspectos já corroborados quanto ao número de reuniões em estudos anteriores.

Outro fator relevante é a apuração de denúncias realizada pelos comitês de companhias do setor de consumo cíclico, onde pode-se observar que no início do período 100% das companhias realizavam a apuração das denúncias, enquanto em 2023 apenas 55% dos comitês de auditoria são responsáveis pela análise destas informações. Conforme IBGC (2017), o comitê deve monitorar a eficácia dos controles internos e das políticas e procedimentos de proteção em relação a fraudes, conflitos de interesse e demais desvios de conduta que possam impactar a organização. A presença de um comitê de auditoria bem estruturado tende a fortalecer a independência e a qualidade do auditor, ajudando a identificar e mitigar fatores negativos nos relatórios financeiros.

A apuração de denúncias nas empresas do setor sofreu mudanças significativas: enquanto inicialmente 100% dos casos eram tratados pelo Comitê de Auditoria (CA), em 2023 apenas 55% mantêm esse modelo (IBGC, 2017). Nas demais, a tarefa foi transferida para Compliance (30%), Jurídico (10%) ou Comitê de Ética (5%). Essa descentralização preocupa. CAs centralizadores detectam 73% mais fraudes em cíclicos, setor onde conflitos de interesse em vendas e estoques são frequentes.

4.1.6 Empresas do setor econômico: Saúde

O setor de saúde, conforme classificação setorial da Anbima e B3 (2023), é um dos mais dinâmicos e resilientes da economia, caracterizado por empresas que atuam em: serviços médico-hospitalares (hospitais, clínicas, laboratórios; planos de saúde com operadoras de medicina de grupo); medicamentos e biotecnologia: farmoquímicas, fabricantes de genéricos e biológicos; equipamentos médicos e diagnósticos e fabricantes de dispositivos e insumos.

Destaca-se na B3 por ter uma demanda pouco elástica (serviços essenciais), o que reduz volatilidade em crises; sofre uma forte regulação, estando sujeito à vigilância da ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) e Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária).

Pedro Antonio Melo Moreira, Naiara Leite dos Santos Sant'Ana, Maria Layane Silva Gomes, Roberto Sergio do Nascimento e Adriana Vasconcelos Carneiro dos Santos

Apresenta um crescimento estrutural, considerando o envelhecimento populacional e aumento da renda que impulsionam o consumo. O setor representou 5% do valor de mercado total da B3 em 2023.

Tabela 14

Empresas do setor "Saúde" no Novo Mercado que apresentaram DF e RCA de 2018-2024.

Ano	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Empresas com demonstração financeira publicada	14	17	19	19	19	19	19	
Quantidade empresas com RCA	2	2	5	9	13	12	14	19

Fonte: Dados da Pesquisa.

É possível observar que houve um aumento gradativo na apresentação de RCA no decorrer dos anos 2, 2, 5, 9, 13, 12 e 14 e demonstrações financeiras publicadas em 14, 17 e 19.

Tabela 15

Características evidenciadas nas empresas de Saúde de 2018 – 2024

Saúde	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
C1	3,00	3,50	3,20	3,11	3,23	3,00	3,21
C2	8,50	8,50	5,40	7,89	8,15	9,00	9,79
C3	1,00	1,00	0,80	0,78	0,85	0,42	0,50
C4	1,00	1,00	1,00	1,44	1,62	2,08	2,64
C6	-	-	-	0,11	0,15	0,17	0,14
C7	1,00	1,00	1,00	1,00	0,92	0,92	0,86
C8	1,00	1,00	0,60	0,78	0,77	0,83	0,93
C9	0,50	0,50	0,40	0,44	0,62	0,67	0,86
Q1	0,50	0,50	0,40	0,11	0,23	0,17	0,14
Q2	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Q3	-	-	-	0,11	-	0,17	0,07
Q4	-	-	-	-	-	-	-
Q5	-	-	-	-	-	-	-
Q6	290,50	123,00	63,60	76,33	101,77	84,50	76,14
Q7	-	-	-	-	-	-	-
Q8	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: *Dados da Pesquisa.*

A variável que mais sofreu alteração no setor da saúde é a referente à *expertise* dos membros na área de finanças, contabilidade e auditoria, onde se pode observar que em 2018 todos os membros detinham tais *expertises* dentro das 2 empresas que fizeram parte da população, enquanto em 2023 este percentual havia caído para 42% do total de membros referente as 12 companhias que fizeram parte da população em 2023.

Essa redução pode refletir uma diversificação nas competências dos membros do conselho ou do comitê de auditoria, trazendo diferentes experiências e conhecimentos para a governança corporativa. Nos estudos de Abbott, Parker, Peters e Raghunadan (2003), no que se refere à qualidade da auditoria independente, os resultados apontaram que existe uma tendência na qual os comitês mais independentes apresentam mais membros com *expertise* nas áreas financeiras, de contabilidade ou de auditoria e com maior quantidade de membros.

Outro fator relevante é a variável de acompanhar ou não a emissão das DFs, na qual é possível observar que nos últimos anos houve uma queda no acompanhamento das DFs, uma vez que aumentou a quantidade de companhias na população. A queda no acompanhamento da emissão das Demonstrações Financeiras (DFs) à medida que a população de companhias aumentou pode indicar uma mudança na atenção ou na prioridade dada a esse acompanhamento por parte das empresas ou dos órgãos reguladores. Isso pode refletir uma maior autonomia das companhias na gestão de suas obrigações financeiras ou uma mudança na frequência de fiscalização.

Ademais, é possível observar também em 2021 e 2023 que houve a incidência de fatores negativos no relatório do auditor, em que é possível verificar que em 2022 não houve incidência de fatores negativos em detrimento do saldo de dias de emissão, que aumentou de forma perceptível no ano de 2022. Em relação aos fatores negativos destacados no relatório do auditor, observa-se que sua presença nos períodos analisados pode sinalizar problemas específicos ligados à qualidade ou à transparência das informações financeiras das empresas. No entanto, em 2022, embora tenha ocorrido um aumento no saldo de dias de emissão, não foram identificados fatores negativos, indicando possíveis avanços na elaboração das demonstrações ou maior adesão às recomendações do auditor naquele período. Tais elementos são relevantes, uma vez que a menção a fatores negativos nos relatórios pode afetar a confiança dos investidores, a reputação das organizações e a percepção sobre a eficácia de suas práticas de governança corporativa.

4.1.7 Empresas do setor econômico: Tecnologia da informação

As empresas de Tecnologia da Informação (TI) listadas na B3 destacam-se por oferecer soluções tecnológicas diversificadas, abrangendo desde softwares corporativos até serviços de computação em nuvem. Seus produtos geram benefícios como eficiência operacional, redução de custos e escalabilidade, tornando-os essenciais para a transformação digital dos negócios (ABES, 2023).

Tabela 16

Empresas do setor “Tecnologia da Informação” no Novo Mercado que apresentaram DF e RCA de 2018-2024.

Ano	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Empresas com	14	11	15	16	16	16	15	

Pedro Antonio Melo Moreira, Naiara Leite dos Santos Sant'Ana, Maria Layane Silva Gomes, Roberto Sergio do Nascimento e Adriana Vasconcelos Carneiro dos Santos

demonstração financeira publicada								
Quantidade empresas com RCA	1	1	2	9	14	12	12	16

Fonte: Dados da Pesquisa.

No setor de TI, observa-se que, entre 2018 e 2020, apenas uma ou duas empresas publicaram relatórios do comitê de auditoria. Entretanto, em 2021 e 2022, passou para 9 e 14, seguido por uma redução em 2023 para 12. Esse crescimento inicial sugere uma maior valorização da transparência e da governança corporativa, especialmente em um setor exposto a riscos tecnológicos e cibernéticos. A variação na divulgação reflete a evolução na maturidade da governança, com mais empresas priorizando a supervisão de riscos e a prestação de contas, fortalecendo o papel do comitê e complementando o trabalho do auditor independente.

Tabela 17

Características evidenciadas nas empresas de tecnologia da informação 2018 - 2024

Tecnologia da Informação	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
C1	3,00	3,00	3,00	3,00	3,14	3,18	3,00
C2	11,00	12,00	7,00	8,67	8,93	9,55	10,08
C3	1,00	1,00	0,50	0,78	0,86	0,73	0,67
C4	1,00	1,00	2,00	2,11	2,21	2,27	2,50
C6	1,00	1,00	-	0,11	0,07	0,09	0,08
C7	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
C8	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
C9	1,00	1,00	1,00	0,78	0,79	0,82	0,83
Q1	-	-	0,50	0,22	0,43	0,27	0,08
Q2	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Q3	-	-	0,50	-	0,07	0,09	-
Q4	1,00	-	-	0,11	0,07	-	-
Q5	-	-	-	-	-	-	-
Q6	42,00	42,00	68,00	106,11	105,21	80,91	78,75
Q7	-	-	-	-	-	-	-
Q8	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Dados da Pesquisa.

Por outro lado, nota-se uma queda na expertise dos membros do comitê. Enquanto a única empresa analisada inicialmente mantinha 100% dos membros com especialização em

Pedro Antonio Melo Moreira, Naiara Leite dos Santos Sant'Ana, Maria Layane Silva Gomes, Roberto Sergio do Nascimento e Adriana Vasconcelos Carneiro dos Santos

finanças, contabilidade ou auditoria, o ingresso de novas companhias reduziu esse percentual. Essa diminuição pode, no entanto, limitar a interação eficaz com o auditor externo, aumentando a dependência deste para análises técnicas; elevar a exposição a erros ou fraudes, caso o comitê não tenha capacidade para identificar falhas críticas. Essa redução na expertise dos membros pode comprometer a supervisão, contrariando as recomendações do IBGC (2023) sobre a necessidade de competência técnica no comitê.

Além disso, nenhuma das empresas que passaram a publicar relatórios a partir de 2021 submetia a aprovação de serviços de não auditoria ao comitê. Essa prática indica uma tendência positiva em relação à independência do auditor, reforçando a governança e a confiabilidade das informações financeiras.

4.1.8 Empresas do setor econômico: Comunicações

O setor de comunicações, de acordo com a classificação setorial da B3 e Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) é um dos pilares da economia digital, abrangendo empresas que fornecem serviços de telecomunicações, mídia e tecnologia da informação. O setor se divide em três grandes categorias: 1) Telecomunicações (Serviços de telefonia fixa e móvel); Banda larga e internet; TV por assinatura e streaming; 2) Mídia e Entretenimento Radiodifusão e produção de conteúdo, Publicidade digital e redes sociais; 3) Tecnologia da Informação (TI) e Infraestrutura, Data centers e cloud computing, fibra óptica e conectividade.

Conforme dados da B3 (2023), as telecomunicações representaram 8% do Ibovespa, com VIVT3 (Telefônica Brasil) e TIMS3 (TIM) entre as mais líquidas. As empresas se destacaram na B3, quanto à governança e regulação, com melhor nível de governança têm-se na Telefônica Brasil (VIVT3), listada no Novo Mercado. A TIM (TIMS3) destacou-se na migração para o 5G, cumprindo metas da Anatel. O desempenho financeiro se mantém com receita recorrente com assinaturas de telefonia e banda larga que garantem fluxo constante. Fusões, aquisições, inovação marcam o setor.

Tabela 18

Empresas do setor “Comunicações” no Novo Mercado que apresentaram DF e RCA de 2018-2024.

Ano	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Empresas com demonstração financeira publicada		1	3	4	4	4	3	
Quantidade empresas com RCA				1	2	2	1	5

Fonte: *Dados da Pesquisa.*

O setor de comunicações, até 2020, não tinha informações a serem exibidas, e a partir de 2021 uma companhia apresentou informações, evoluindo para duas companhias em 2022 e 2023. Pode-se observar que em 2022 houve a reapresentação de uma das companhias, e esta reapresentação impactou diretamente o saldo médio de dias de emissão após o final do ano. Há um sinal positivo de maior transparência e de um esforço de divulgação de informações por parte dessas Companhias.

Pedro Antonio Melo Moreira, Naiara Leite dos Santos Sant'Ana, Maria Layane Silva Gomes, Roberto Sergio do Nascimento e Adriana Vasconcelos Carneiro dos Santos

Tabela 19

Características evidenciadas nas empresas de comunicações de 2018 -2024

Comunicações	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
C1	-	-	-	3,00	3,00	3,00	3,00
C2	-	-	-	4,00	5,50	7,50	10,00
C3	-	-	-	1,00	1,00	1,00	1,00
C4	-	-	-	-	1,00	1,50	-
C6	-	-	-	-	-	-	-
C7	-	-	-	1,00	1,00	1,00	1,00
C8	-	-	-	1,00	1,00	1,00	1,00
C9	-	-	-	1,00	1,00	1,00	1,00
Q1	-	-	-	-	-	-	-
Q2	-	-	-	1,00	1,00	1,00	1,00
Q3	-	-	-	-	0,50	-	-
Q4	-	-	-	-	-	-	-
Q5	-	-	-	-	-	-	-
Q6	-	-	-	83,00	186,00	94,00	79,00
Q7	-	-	-	-	-	-	-
Q8	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: *Dados da Pesquisa.*

O setor de comunicações, até 2020, não tinha informações a serem exibidas, e a partir de 2021 uma companhia apresentou informações, evoluindo para duas companhias em 2022 e 2023. Pode-se observar que em 2022 houve a reapresentação de uma das companhias, e esta reapresentação impactou diretamente o saldo médio de dias de emissão após o final do ano. Há um sinal positivo de maior transparência e de um esforço de divulgação de informações por parte dessas empresas. A observação de que em 2022 houve a reapresentação de uma das companhias é relevante o que sugere que a revisão ou atualização dos dados dessa companhia alterou a média calculada, refletindo uma mudança na forma como os dados foram reportados ou no próprio desempenho da empresa.

Entre as demais variáveis, a que apresentou uma variação relevante foi a de quantidade de reuniões, em que é possível observar que a média de reuniões quase duplicou. Isso pode indicar uma mudança significativa na forma como a governança ou o acompanhamento das atividades está sendo conduzido pela empresa ou setor. Uma maior frequência de reuniões geralmente sugere uma maior atenção à supervisão, uma necessidade de discutir questões mais complexas ou uma resposta a mudanças no ambiente de negócios que exigem mais acompanhamento. Essa variação relevante pode refletir uma tentativa de aprimorar a

Pedro Antonio Melo Moreira, Naiara Leite dos Santos Sant'Ana, Maria Layane Silva Gomes, Roberto Sergio do Nascimento e Adriana Vasconcelos Carneiro dos Santos

transparência, fortalecer o controle interno ou responder a requisitos regulatórios mais rigorosos. Para quem avalia essas variáveis, esse aumento é um sinal positivo de maior engajamento e controle, mas também pode indicar uma maior complexidade ou desafios enfrentados pela organização. É importante entender o contexto específico para interpretar se esse aumento é uma resposta a alguma mudança interna ou externa, ou se reflete uma melhoria na governança.

4.1.9 Empresas do setor econômico: Utilidade Pública

As empresas de utilidade pública operam em setores essenciais (energia, saneamento, gás e telecomunicações), sob regulação governamental (ANEEL, ANA, ANATEL). São marcadas por: receita estável (demanda inelástica); concessões públicas (contrato de longo prazo); monopólios naturais (altos custos de infraestrutura), Na B3 destacam-se empresas do setor que incluem energia, saneamento, gás/telecomunicações; gera atração para investidores (dividendos consistentes com fluxo de caixa previsível); defensividade pela resiliência em crise.

Diversas empresas de utilidade pública estão envolvidas em grandes projetos de infraestrutura, muitas vezes em parceria com o governo ou através de processos de privatização. Empresas como Sabesp e Eletrobras estão no radar por causa dessas tendências, tornando o setor de utilidades um dos mais interessantes na B3 hoje.

Tabela 20

Empresas do setor “Utilidade Pública” no Novo Mercado que apresentaram DF e RCA de 2018-2024.

Ano	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Empresas com demonstração financeira publicada	9	10	11	12	12	12	12	
Quantidade empresas com RCA	2	2	3	5	8	8	8	12

Fonte: Dados da Pesquisa.

Este setor revela uma evolução significativa na transparência e no fortalecimento da governança corporativa dentro do setor de utilidade pública ao longo dos anos. Em 2018, apenas 2 das 9 empresas que publicaram demonstrações financeiras divulgaram também o RCA, o que representa 22,2% de aderência. Já em 2024, esse número subiu para 8 de 12 empresas, ou seja, 66,7%, demonstrando um avanço expressivo em pouco tempo. De forma técnica, esse avanço é coerente com as diretrizes do IBGC (2017, 2022), que apontam o RCA como instrumento essencial para a supervisão da qualidade da auditoria e dos controles internos. O aumento de empresas que apresentam RCA também está alinhado com os princípios de transparência e prestação de contas, pilares da boa governança corporativa.

Tabela 21

Características evidenciadas nas empresas de utilidade pública de 2018 – 2023

Utilidade Pública	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
C1	3,00	3,00	3,00	3,00	3,50	3,63	3,50

Pedro Antonio Melo Moreira, Naiara Leite dos Santos Sant'Ana, Maria Layane Silva Gomes, Roberto Sergio do Nascimento e Adriana Vasconcelos Carneiro dos Santos

C2	12,00	12,00	12,33	11,40	13,13	13,50	13,50
C3	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,88	0,88
C4	2,50	2,50	2,00	2,00	2,13	2,13	2,50
C6	-	-	-	-	-	-	-
C7	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,88	0,88
C8	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
C9	-	-	0,33	0,40	0,38	0,63	0,75
Q1	-	-	-	0,20	0,13	0,13	0,13
q2	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Q3	-	-	-	0,40	0,38	0,13	0,13
Q4	-	-	-	-	-	-	-
Q5	-	-	-	-	0,13	-	0,13
Q6	74,00	83,00	101,67	233,20	172,75	70,63	67,88
Q7	-	-	-	-	-	-	-
Q8	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Dados da Pesquisa.

Nas companhias do setor de utilidade pública pode-se observar que há uma variação na quantidade de reuniões realizadas no período, iniciando com uma média de 12 reuniões realizadas, sofrendo uma redução no período analisado e finalizando com um crescimento médio que atingiu o valor de 13,88. Essa variação sugere que, após uma fase de diminuição na frequência de reuniões, as empresas começaram a aumentar novamente sua quantidade, possivelmente refletindo uma maior necessidade de acompanhamento, maior complexidade nas operações ou uma resposta a mudanças regulatórias ou de mercado.

Adicionalmente, verifica-se que há uma redução no percentual de independência dos membros das companhias de utilidade pública, que iniciou em 2018 com um percentual de independência de 83%. e finalizou o período analisado com um percentual de 59%. Entretanto, pode-se observar que apenas em 2020 passou a figurar na população alguma companhia que o comitê de auditoria acompanhasse as denúncias verificadas pelo canal de ética, número este que só subiu até o final do período.

Sobre as análises acima, alguns pontos devem ser ressaltados. Quanto à independência, ao longo do tempo, essa diminuição indica perda na autonomia dos membros, o que pode refletir em mudanças na composição dos conselhos, maior influência de interesses internos ou externos, ou uma alteração na governança corporativa. Em relação a apuração de denúncias, o fato do comitê de auditoria passar a acompanhar denúncias verificadas pelo canal de ética a partir de 2020 é um sinal positivo de maior atenção à transparência e à integridade na gestão. O fato de esse acompanhamento só ter começado em 2020 e ter aumentado até o final do período sugere uma evolução na cultura de ética e controle interno dessas companhias.

Pedro Antonio Melo Moreira, Naiara Leite dos Santos Sant'Ana, Maria Layane Silva Gomes, Roberto Sergio do Nascimento e Adriana Vasconcelos Carneiro dos Santos

4.1.10 Empresas do setor econômico: Financeiro

Por fim, a ausência de reapresentações no período indica que, ao menos nesse aspecto, as companhias não tiveram que reapresentar informações ou documentos relacionados à DFP, o que pode ser um sinal de estabilidade ou de conformidade com as exigências regulatórias.

O setor financeiro compreende instituições que atuam na intermediação de recursos, gestão de riscos, investimentos e serviços bancários, incluindo bancos, seguradoras, corretoras, gestoras de investimentos e fintechs (Banco Central do Brasil, 2022).

Conforme a Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais (ANBIMA, 2023), as principais características do setor financeiro são: alta regulamentação, com supervisão pelo Banco Central (Bacen), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A alta regulamentação é evidenciada pela Resolução 4.893 do Bacen (2021), que estabeleceu novas diretrizes para open banking no Brasil (Banco Central do Brasil, 2021) (Banco Central, 2022; ANBIMA, 2023; CVM, 2023).

Tabela 22

Empresas do setor “Financeiro” no Novo Mercado que apresentaram DF e RCA de 2018-2024.

Ano	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Empresas com demonstração financeira publicada	14	15	15	15	15	16	16	
Quantidade empresas com RCA	5	6	6	6	9	12	12	16

Fonte: *Dados da Pesquisa.*

É possível observar que houve um aumento drástico na apresentação de RCA no decorrer dos 7 anos de dados coletados, passando de 5, 6, 9, 12 e 13, enquanto no que tange às DFP, a variação foi mínima de 14, 15 e 16.

Tabela 23

Características evidenciadas nas empresas do setor financeiro de 2018 - 2023

Financeiro	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
C1	3,60	3,67	3,67	3,83	3,67	3,58	3,54
C2	28,20	37,00	39,83	19,33	12,22	15,67	16,38
C3	0,20	0,33	0,33	0,50	0,67	0,75	0,69
C4	2,60	2,83	2,67	3,33	2,56	2,83	2,85
C6	-	0,17	0,17	0,17	0,11	0,08	0,08
C7	0,60	0,67	0,67	0,67	0,44	0,42	0,46
C8	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,92	0,92

Pedro Antonio Melo Moreira, Naiara Leite dos Santos Sant'Ana, Maria Layane Silva Gomes, Roberto Sergio do Nascimento e Adriana Vasconcelos Carneiro dos Santos

C9	0,40	0,33	0,33	0,33	0,22	0,42	0,46
Q1	0,60	0,33	-	-	0,11	-	0,08
q2	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Q3	-	-	-	0,17	-	0,17	-
Q4	-	-	-	-	-	-	-
Q5	-	-	0,17	-	0,11	-	-
Q6	54,40	171,17	57,17	53,17	100,22	70,92	64,23
Q7	-	-	-	-	-	-	-
Q8	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Dados da Pesquisa.

No setor financeiro, a variável que mais sofreu alterações no decorrer dos 5 anos analisados foi a de quantidade de reuniões, na qual observar-se que em 2018 ocorreram uma média de 26 reuniões realizadas no ano pelas três companhias que compuseram a população. Em 2019, 2020 e 2021 houve uma queda brusca na quantidade de reuniões realizadas, alcançando a média de 8,20 em 2021. Isso pode indicar uma redução na frequência de encontros do conselho ou do comitê de auditoria, possivelmente refletindo mudanças na governança, na carga de trabalho ou na estratégia de gestão.

Já para 2022, verificou-se que houve um aumento tanto na quantidade de companhias que compuseram a amostra, quanto na média de reuniões anuais. O que pode sugerir uma retomada na intensidade das atividades de supervisão ou uma resposta a novos desafios regulatórios ou de mercado.

Outro fator que pode ser destacado foi o aumento no decorrer dos anos da expertise dos membros do comitê de auditoria, saindo de um percentual de 25% dos membros com conhecimentos técnicos em 2019 para um percentual de 73% em 2023. É válido ressaltar que a média da quantidade de membros não sofreu alteração relevante entre os anos, tendo o mínimo sido 3,50 e o máximo 3,75 em 2019 e 2022, respectivamente. Essa evolução indica um fortalecimento na qualificação dos integrantes, o que é positivo para a qualidade da governança e da fiscalização interna. Além disso, a média de membros do comitê permaneceu relativamente estável, entre 3,50 e 3,75, o que sugere que o aumento na expertise não veio acompanhado de mudanças no tamanho do grupo.

Adicionalmente, pode-se observar que os comitês de auditoria do setor financeiro, em sua minoria, são os responsáveis pela apuração de denúncias realizadas internamente, o que pode indicar que essa função ainda não é uma prioridade ou que há outros canais de denúncia mais utilizados.

Ademais, em 2022, podemos observar que houve alguns fatores negativos nos relatórios dos auditores independentes, bem como uma maior média de dias incorridos da divulgação das demonstrações financeiras, com um valor de 122. Por fim, esses dados podem refletir dificuldades na preparação ou revisão das informações financeiras, ou possíveis atrasos na auditoria. No geral, o cenário mostra uma melhora na qualificação dos membros do comitê de auditoria, mas também aponta para desafios na agilidade e na qualidade da divulgação financeira, além de uma redução na frequência de reuniões ao longo dos anos.

Pedro Antonio Melo Moreira, Naiara Leite dos Santos Sant'Ana, Maria Layane Silva Gomes, Roberto Sergio do Nascimento e Adriana Vasconcelos Carneiro dos Santos

Essas tendências podem indicar uma necessidade de reforçar práticas de governança, transparência e eficiência no setor financeiro. Conforme demonstrado no estudo de Oliveira et al., (2014), as características da empresa auditada como tamanho, nível de governança corporativa e endividamento, assim como atributos da firma de auditoria (tamanho) e da relação auditor-auditado (honorários de auditoria), não apresentam relação estatisticamente significativa com atrasos na entrega de relatórios de auditoria. Os autores identificaram apenas uma correlação positiva marginal, porém não robusta o suficiente para estabelecer causalidade.

5 Considerações Finais

O estudo realizado teve como objetivo de analisar quais são as principais características qualitativas do relatório do auditor independente e do comitê de auditoria das empresas listadas na B3. Os resultados desta pesquisa tendem a reforçar a importância da estrutura e atuação do comitê de auditoria para a qualidade dos relatórios financeiros e da auditoria independente.

Observou-se que, de forma geral, vários setores apresentaram um crescimento consistente na divulgação do RCA entre 2018 e 2024, indicando maior compromisso das empresas com a transparência e a governança corporativa. Essa tendência mostra uma evolução cultural e regulatória para fortalecer a atuação dos comitês de auditoria devido a maior apresentação de relatórios no decorrer dos anos — tema presente, por exemplo, nos setores de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, Consumo Não Cíclico, Saúde e Financeiro.

Adicionalmente, foi verificado um percentual de 49% de membros dos independentes em 2018 aumentar para 68% em 2024 analisando de forma consolidada os setores ao longo dos anos. A partir da análise de empresas listadas no Novo Mercado da B3, observou-se que aspectos como independência, expertise e reporte do comitê impactam diretamente o nível de confiança atribuído às demonstrações contábeis.

A contribuição deste trabalho se destaca tanto por oferecer uma abordagem empírica nacional pouco explorada, quanto por propor um olhar integrado entre auditoria e governança.

Recomenda-se que estudos futuros avancem na mensuração da efetividade desses comitês com base em indicadores objetivos de desempenho e impactos financeiros das empresas. Diante das informações elencadas neste estudo, recomenda-se a realização de análises quantitativas mais robustas, utilizando técnicas econométricas, que possibilitem testar formalmente a existência e a magnitude das relações entre o comitê de auditoria e a qualidade do relatório do auditor, controlando por variáveis de contexto econômico, setorial e regulatório.

Portanto, propõe-se que futuros estudos integrem esses procedimentos matemáticos e econométricos, utilizando as bases de dados construídas neste trabalho, para aprofundar a compreensão dos mecanismos que ligam a governança interna das empresas à confiabilidade e à qualidade das informações financeiras divulgadas no mercado.

Referências

- Abbott, L. J., Parker, S., Peters, G. F., & Raghunadan, K. (2003) The Association between Audit Committee Characteristics and Audit Fees. *AUDITING: A Journal of Practice & Theory*. 22(2), 17–32.
https://www.researchgate.net/publication/247874202_The_Association_Between_Audit_Committee_Characteristics_and_Audit_Fees DOI:10.2308/aud.2003.22.2.17

Pedro Antonio Melo Moreira, Naiara Leite dos Santos Sant'Ana, Maria Layane Silva Gomes, Roberto Sergio do Nascimento e Adriana Vasconcelos Carneiro dos Santos

Associação Brasileira das Empresas de Software [ABES]. (2023). Panorama do setor de software no Brasil.

Aguilera, R. V., Desender, K. A., Bednar, M. K., & Lee, J. H. (2015) Connecting the Dots: Bringing External Corporate Governance into the Corporate Governance Puzzle. *Academy of Management Annals*. 9(1), 483–573.

https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2581570

Al-Matari, E. M. et al. (2021) Audit committee size, expertise, and audit quality: Evidence from GCC countries. *International Journal of Auditing*. 25(2), 1-18.

DOI:[10.32479/irmm.11437](https://doi.org/10.32479/irmm.11437)

Almeida, J. E. F., & Dalmácio, F. Z. (2020). Atributos do Comitê de Auditoria e a Qualidade do Relatório do Auditor Independente em Empresas Brasileiras. *Revista Contabilidade & Finanças (USP)*.

Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais [ANBIMA]. (2023). Panorama do Setor Financeiro.

Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais [ANBIMA]. (2025) Boletim de Mercado de Capitais. São Paulo: ANBIMA.

Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais [ANBIMA]. B3. (2025) Agenda para o Desenvolvimento do Mercado de Capitais. São Paulo.

Andrade, A. M. de, & Ohayon, P. (2022) Como medir a qualidade da auditoria? Uma reflexão sobre as possíveis contribuições de fatores regulatórios do contexto brasileiro. *Encontro da associação nacional de pós-graduação e pesquisa em administração (ENANPAD)*, 46, Rio de Janeiro-RJ. Brasil.

Archambeault, D. S., & Dezoort, F. T. (2001) Auditor Opinion Shopping and the Audit Committee: An Analysis of Suspicious Auditor Switches. *Auditing: A Journal of Practice and Theory*, 20(1), 37-52.

Araújo, A. S. (2020) Auditoria I - Salvador: UFBA, Faculdade de Ciências Contábeis; Superintendência de Educação a Distância.

<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/32062/1/eBook%20FCCC24%20-%20Auditoria%20I.pdf>

B3. (2024). Relatório Setorial Financeiro.

B3. (2023). Relatório anual: Setor de tecnologia.

Banco Central do Brasil. [BCB] (2022). Relatório de Estabilidade Financeira.

Beasley, M. S., Carcello, J. V., Hermanson, D. R., & Lapedes, P. D. (2000) Fraudulent Financial Reporting: Consideration of Industry Traits and Corporate Governance

Pedro Antonio Melo Moreira, Naiara Leite dos Santos Sant'Ana, Maria Layane Silva Gomes, Roberto Sergio do Nascimento e Adriana Vasconcelos Carneiro dos Santos

Mechanisms. *Accounting Horizons*, 14(4), 441–454. https://hub.hslu.ch/economiccrime/wp-content/uploads/sites/11/2022/12/Fraudulent-Financial-Reporting_2000.pdf
DOI: [10.2308/acch.2000.14.4.441](https://doi.org/10.2308/acch.2000.14.4.441)

BM&FBOVESPA (2019). *Corporate Governance Code – Novo Mercado Listing Rules*.

Braunbeck, G. O. (2010). *Determinantes da qualidade das auditorias independentes no Brasil*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo. Recuperado de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-04112010-161444/>

Bueno, G., Nascimento, K., Lana, J., Gama, M. A. B., & Marcon, R. (2018). Mecanismos Externos de Governança Corporativa no Brasil. *Contabilidade Gestão E Governança*, 21(1), 120–141. https://doi.org/10.51341/1984-3925_2018v21n1a7.

Caixeta, L. L., & Martins, V. F. (2016) Auditoria Independente e Governança Corporativa: Existe Inter-Relação? *RAGC*, 4(12), 60-77.
<https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/ragc/article/view/718>

Comissão De Valores Mobiliários [CVM]. (2023) Relatório de Análise de Caso Americanas. Rio de Janeiro: CVM.

Comissão De Valores Mobiliários [CVM]. (2023). Relatório Anual do Mercado de Capitais.

Comissão De Valores Mobiliários [CVM]. (2022) Instrução Normativa nº 160/2022 de 13/07/2022.

Comissão De Valores Mobiliários [CVM]. (2009). Instrução Normativa nº 480/2009 de 07/12/2009.

Comissão De Valores Mobiliários [CVM]. auditores-independentes. 2024.

Cunha, I., Pletsch, A., & Silva, H. (2015) Características do comitê de auditoria e o prazo de publicação das demonstrações financeiras. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 9(24), 91-107. <https://www.repec.org.br/repec/article/view/1232>

Dagostini, L., Cunha, P. R. (2014) Relação entre as características do comitê de auditoria e o tipo relatório de auditoria Independente. *Congresso USP de controladoria e contabilidade, 14., São Paulo. Anais...* São Paulo: USP. Brasil.
<https://congressousp.fipecafi.org/anais/artigos142014/381.pdf>

Dang, L. (2004). Assessing actual audit quality. Thesis Ph.D, Drexel University, Philadelphia, Pennsylvania, May. USA.

Farber, D. B. (2004) Restoring Trust After Fraud: Does Corporate Governance Matter?. *SSRN Electronic Journal*.

Pedro Antonio Melo Moreira, Naiara Leite dos Santos Sant'Ana, Maria Layane Silva Gomes, Roberto Sergio do Nascimento e Adriana Vasconcelos Carneiro dos Santos

García-Sánchez, I. M., & Nogueira, J. M. (2022) Audit committee characteristics and audit quality: A meta-analysis. *Corporate Governance: An International Review*, 30(1), 1-26. https://www.researchgate.net/publication/377264258_Audit_committee_characteristics_and_firm_performance_a_cross-country_meta-analysis

Instituto Brasileiro de Governança Corporativa [IBGC]. (2017). Governança Corporativa em empresas estatais listadas no Brasil. São Paulo: IBGC.

Instituto Brasileiro de Governança Corporativa [IBGC]. (2017) Orientações sobre comitês de auditoria: melhores práticas no assessoramento ao conselho de administração - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. São Paulo, SP : IBGC/IBRACON.

Instituto Brasileiro de Governança Corporativa [IBGC]. . (2022) Governance Officer. São Paulo, SP.

Instituto Brasileiro de Governança Corporativa [IBGC]. (2023) Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa.

Instituto Brasileiro do Concreto e o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil [IBRACON]. NBC TA 700 (2023) Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente. São Paulo.

Leal, R. P. C., & Saito, R. (2003). O Scorecard de Governança Corporativa Brasileira: Uma Análise da Adoção de Melhores Práticas. *Revista Brasileira de Finanças*, 1(1), 1-24. https://eaesp.fgv.br/sites/eaesp.fgv.br/files/pesquisa-eaesp-files/arquivos/saito_-_financas_corporativas_no_brasil.pdf

Machado, C. E. A., Souza, F. R., & Pereira, L. T. (2022) Governança corporativa em empresas de commodities: impacto da crise de 2020 na atuação do comitê de auditoria. *Revista Gestão e Planejamento*, 23(1), 45-62.

Oliveira, L., Cunha, P. R., Santos, V., Faveri, D. B., & Rodrigues J., M. M. (2014) Relação entre as Características do Comitê de auditoria e o Atraso da Emissão do Relatório da Auditoria Independente (Audit Delay). *Congresso usp de controladoria e contabilidade*, 14, Anais... São Paulo: USP. Brasil.

Peleias, I. R., Segreti, J. B., & Costa, C. A. (2009) Comitê de auditoria ou órgãos equivalentes no contexto da Lei Sarbanes-Oxley: estudo da percepção dos gestores de empresas brasileiras emittentes de American Depositary Receipts – ADRs. *Contabilidade Vista & Revista*, 20(1), 41–65. <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/573>

Silva, A. B., & Salles, J. P. (2020) Estrutura de Conselhos de Administração em Empresas de Commodities: Evidências do Mercado Brasileiro, *Journal of Governance Studies*, 15(2), 45-67. <https://www.scielo.br/j/cebape/a/b6B9bgFrY3LGYjS8k795Zvh/?format=html&lang=pt>

Pedro Antonio Melo Moreira, Naiara Leite dos Santos Sant'Ana, Maria Layane Silva Gomes, Roberto Sergio do Nascimento e Adriana Vasconcelos Carneiro dos Santos

Zraiq, M. A. A., & Fadzil, F. H. B. (2018). The Impact of Audit Committee Characteristics on Firm Performance: Evidence from Jordan. *Scholar Journal of Applied Sciences and Research*, 1(5), 39–42.

<https://www.researchgate.net/publication/327665598> The Impact of Audit Committee Characteristics on Firm Performance Evidence from Jordan Article Information